

## **Os debates sobre democracia, socialismo e revolução no jornal chileno *La Nación* durante o governo da Unidade Popular (1970-1973)**

Emmanuel dos Santos  
Mestrando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais  
emmanuelufmg@gmail.com

### **Introdução**

Uma das características do período em que a Unidade Popular (UP) esteve no governo chileno foi uma marcada atuação política dos veículos da grande imprensa, buscando influenciar os polarizados debates ideológicos e o conflituoso cenário político do país.<sup>1</sup> Neste estudo, temos como propósito apresentar os espaços abertos pelo jornal *La Nación* aos debates sobre os sentidos de socialismo, democracia e revolução durante os mil dias em que Salvador Allende ocupou a presidência do Chile. A UP baseava-se na perspectiva política da chamada “via chilena para o socialismo”<sup>2</sup> que, em seu projeto de transição pacífica e democrática de construção de uma sociedade socialista, primava pela defesa do pluripartidarismo e da ampla liberdade de imprensa. Dessa forma, *La Nación*, por ser um diário controlado pelo Estado, constitui-se como um relevante objeto para perceber as presenças e ausências dos debates, tensões e diferenças apresentados pelos grupos políticos e intelectuais que faziam parte da UP.

Interessa-nos, também, observar a linguagem política usada por *La Nación*, as mudanças de seus repertórios discursivos ao longo dos anos, além de buscar compreender como contribui para a criação e o fortalecimento de aspectos de um imaginário revolucionário na sociedade chilena daquele período. Como afirma o sociólogo chileno Tomás Moulian, a percepção de que o Chile vivenciava uma revolução em curso, fortalecida pela retórica e o simbolismo dos discursos e da linguagem política usada pelos atores políticos da UP, constituiu um aspecto importante para que as camadas populares fossem chamadas a exercer um protagonismo no processo político chileno. Essa mobilização social alargaria as fronteiras da institucionalidade do projeto da “via chilena”, dando origem a uma rica experiência política. Nesse ambiente revolucionário, embora a perspectiva de

Allende fosse de se circunscrever aos marcos institucionais vigentes, acabou-se por ampliar os espaços de participação política, além de paulatinamente ocorrer uma acentuada polarização política e ideológica.

Nesse contexto, o diário *La Nación*, pertencente a uma empresa controlada pelo Estado, foi um dos órgãos alinhados ao governo de Salvador Allende que teve como propósito, no plano discursivo e ideológico, fazer frente aos veículos da grande imprensa de oposição.

### **Breve história do *La Nación***

O diário *La Nación* foi fundado em 14 de janeiro de 1917 por uma sociedade composta por quatro senadores liberais: Eliodoro Yañez De Leon, Alfredo Escobar Campaña, Augusto Bruna Valenzuela e Abraham Gatica Silva. Nas palavras de seus fundadores, o objetivo era fazer do jornal um veículo de grande circulação, buscando competir com os diários que dominavam a cena periodística de Santiago à época, sendo o principal deles o tradicional diário *El Mercurio*. Tinham como propósito, ademais, construir um jornal que estivesse inserido nos ideais de uma imprensa liberal moderna, relegando a opinião às colunas editoriais e preservando para o resto do conteúdo do jornal os espaços informativos e de notícias.<sup>3</sup> Nas primeiras décadas de sua existência, vários importantes personagens da política chilena foram correspondentes e escreveram nas páginas de *La Nación*, como o poeta Pablo Neruda. Durante os anos em que foi cônsul do Chile na Índia, entre 1926 e 1929, Neruda escreveu mais de vinte artigos para o jornal, publicados sempre nas edições dominicais, nos quais relatava experiências de sua estada no exterior e reflexões sobre a vida política chilena.<sup>4</sup>

Um aspecto fundamental da história de *La Nación*, que viria a marcar seu perfil e suas estratégias editoriais discursivas ao longo dos anos, ocorreu dez anos após sua fundação. Em 1927, ano no qual o Chile era governado pela ditadura do general Carlos Ibáñez del Campo, o diário é expropriado e passa ao controle do Estado. Seu proprietário, Eliodoro Yañez (que havia comprado a parte de seus antigos sócios fundadores) negou-se, porém, a vender o jornal, acabando por exilar-se na França. Com o fim da ditadura, em 1931, a empresa que editava o jornal é fechada. Em 9 de julho de 1932, antigos redatores do *La Nación*, com os auspícios

do governo de Arturo Alessandri, refundam a empresa *La Nación* S.A. com 69% do capital acionário pertencendo ao Estado. Por conseguinte, o Estado chileno detinha o poder de indicar a direção do diário e de ter o voto majoritário em seu conselho administrativo.

Em 11 de setembro de 1973, com o golpe militar de Augusto Pinochet, o jornal foi novamente fechado. Nesse momento, a redação do jornal foi invadida e o diretor do periódico, Oscar Waiss, histórico militante do Partido Socialista e autor de várias obras teóricas sobre o socialismo chileno, foi preso e levado ao Estádio Nacional do Chile. Algum tempo depois, Waiss foi solto e exilou-se na Alemanha e em outros países da Europa, onde passou a editar revistas nas quais vários importantes dirigentes socialistas chilenos escreveram artigos no exílio. Meses após o golpe, teve início a edição do jornal *La Patria*, nas mesmas instalações em que era produzido *La Nación*. Pouco tempo depois, *La Patria* teve o nome modificado para *El Cronista* e, em meados de 1980, o Estado chileno voltou a editar o jornal com o nome de *La Nación*.<sup>5</sup>

Após passar ao controle do Estado, no fim dos anos 1920, *La Nación* tornou-se uma espécie de porta-voz extraoficial do governo. A cada mudança no comando do país, a linha editorial do jornal também se modificava, passando a seguir uma postura, em geral, de apoio ao governo em curso. Nos anos de governo da UP, ocorreu o mesmo. Porém, como discutiremos, o jornal acabou por se tornar um espaço que ia muito além de apenas reproduzir um apoio incondicional às políticas do executivo, acabando por expressar também, em alguma medida, as tensões entre os diversos setores da UP. Em suas páginas, é possível identificar aspectos do rico processo de criatividade política que se originou com a eleição de Allende. Nesse período, no início dos anos 1970, *La Nación* tinha uma circulação diária de aproximadamente 20 mil exemplares.<sup>6</sup>

### **Socialismo, democracia e revolução nas páginas de *La Nación***

As questões referentes aos aspectos táticos e estratégicos da “via chilena para o socialismo”, de conceitos como socialismo, democracia e revolução, foram apresentados e discutidos ao longo dos anos, tanto pelas próprias posições do jornal em seus editoriais, como em colunas políticas assinadas por seus colaboradores

habituais. Além disso, outra dimensão desse debate apareceu na forma de espaços cedidos para que os diferentes grupos políticos da esquerda chilena, e até mesmo da democracia cristã, pudessem apresentar seus pontos de vista aos leitores. Essa última dimensão se realizou apenas de forma esporádica nas páginas do jornal durante os três anos de governo da UP. Contudo, levou a intensos debates nas vezes em que ocorreu.

“O Grande Debate”, como exemplo dos espaços abertos às diferentes correntes políticas, foi como o jornal chamou o debate publicado, em meados de 1971, nas edições de 16 e 20 de maio e nas de 2 e 9 de junho. Nessa querela, diversos partidos e organizações políticas foram convidados a enviar um texto respondendo a duas questões: como analisavam o processo em curso no Chile e para onde caminhava o país. Nas palavras do jornal, esse espaço de discussão era possível no Chile uma vez que:

Acreditamos que não é somente útil, como necessário, um diálogo amplo, em que os argumentos tenham prioridade sobre as paixões. A democracia chilena é bastante madura para que se permita a expressão de todas as opiniões e ideologias, com seus diferentes matizes e peculiaridades.<sup>7</sup>

Nesse espaço de debates, participaram cinco organizações políticas que faziam parte da UP: o Partido Comunista (PC), o Partido Socialista (PS), o movimento de *acción popular unitária* (MAPU), o Partido Radical (PR) e a Izquierda Cristiana (IC). Além deles, o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) e a *Democracia Cristiana* (DC), que não faziam parte da UP, mas também tiveram espaço para publicação de duas de suas lideranças, em edições diferentes do jornal. Cada debatedor teve destinado meia página do jornal, que incluía a foto e uma breve apresentação do autor, além do texto com suas posições políticas.

É importante ressaltar que esse debate ocorria em um período em que o governo reafirmava a intenção de levar a cabo seu programa de transformações estruturais e se efetivava o processo de nacionalização do cobre, que seria aprovado pelo Congresso de forma unânime em 11 de julho de 1971. A UP, portanto, no momento do debate, navegava com ventos favoráveis, em um período político bastante auspicioso.

Nas respostas que foram publicadas, expressaram-se as diversas interpretações, bases teóricas e perspectivas políticas que na época informavam e

orientavam as esquerdas chilenas. Os sentidos e significados que surgiram da análise do regime democrático em curso e dos debates sobre os caminhos para se atingir o socialismo tiveram grande destaque. Além do próprio significado de revolução, bastante polêmico entre os debatedores, que variou da afirmação do sentido revolucionário da via institucional de Allende às teses de que o país vivia um período pré-revolucionário ou uma espécie de “antessala da revolução”. O PS esteve representado no debate pelo ex-senador Alejandro Chelen Rojas que em um tom conciliatório, apesar da direção do seu partido majoritariamente ser favorável à luta armada, destacou os avanços conquistados pela UP em seis meses de governo:

Não obstante os propósitos golpistas da reação, o boicote econômico, campanhas de terror etc., o governo da Unidade Popular realizou em seis meses o que outros não fizeram em seis anos. [...] As conquistas convertem o movimento popular em um processo irreversível, que se tornará mais vigoroso à medida que a mobilização constante e combativa da classe trabalhadora vá crescendo. O Partido Socialista e toda Unidade Popular sabem que enquanto perdurar formas capitalistas de exploração humana corre-se o risco de fragilizar o que já foi conquistado.<sup>8</sup>

Também em nome do PS participou o jornalista e dirigente do partido Jaime Mendoza Veloso, destacando o aspecto de novidade teórica e busca da superação das amarras dogmáticas do socialismo chileno:

É indispensável sinalar a transcendental importância que hoje em dia recobre a teoria revolucionária, o socialismo científico, o marxismo-leninismo. A rica e original experiência pela qual passa o Chile colocou na obsolescência todo tipo de dogmas doutrinários.<sup>9</sup>

Nesses debates, talvez o mais interessante tenha sido o espaço dedicado à DC, que afirmou reconhecer o caráter popular do governo da UP, exaltou as medidas iniciais tomadas pelo governo, como a nacionalização do cobre e reafirmou a solidariedade à luta contra os monopólios capitalistas e contra o imperialismo. Afirmava, ainda, que o problema não era proveniente das concepções que pretendiam “destruir o capitalismo e construir o socialismo”, mas de qual socialismo se falava, se um socialismo construído por intermediários ou representantes burocráticos ou o socialismo edificado pelo próprio povo chileno. A DC, ademais, não se esquivou das polêmicas a respeito de como deveria ser feita a administração das empresas passadas à Área de Propriedade Social. Nesse debate, a DC afirmava que as empresas deveriam ser controladas por seus próprios trabalhadores

por meio de formas de “autogestão operária”, incisivo contraponto à perspectiva em curso adotada pelo governo de administrar as empresas a partir de uma gerência indicada pelos partidos da UP.

Além disso, a DC afirmava que a própria institucionalidade democrática não era um férreo arcabouço, podendo ser modificada a partir da dinâmica da realidade social, como escreveu o deputado Bernardo Leighton, ex-Ministro do Interior no governo de Eduardo Frei:

É necessário pontuar que o sistema jurídico de um país não possui uma natureza estática, mas dinâmica. Por conseguinte, sua estabilidade depende substancialmente da sua adaptação às novas realidades sociais, econômicas e políticas da coletividade. Está clara a vontade popular existente para realizar essas mudanças institucionais, destinadas a assegurar, ao mesmo tempo, a abertura a uma nova sociedade e a estabilidade democrática de hoje e de amanhã.<sup>10</sup>

A posição da DC, desse modo, expressava grande concordância com trechos do famoso discurso de Allende intitulado *Primeira Mensagem ao Congresso*, no qual o presidente chileno delineou os principais aspectos políticos e teóricos da via democrática. Em relação às reformas institucionais, afirmou Allende:

A flexibilidade do nosso sistema institucional nos permite esperar que ele não seja uma rígida barreira de contenção. E que, da mesma forma que nosso sistema legal, adaptar-se-á às novas exigências para criar, por meio dos suportes constitucionais, a nova institucionalidade necessária para a superação do capitalismo. [...] Ao mesmo tempo, é necessário adequar as instituições políticas à nova realidade. Por isso, em um momento oportuno, submeteremos à vontade soberana do povo a necessidade de substituir a atual Constituição, de fundamento liberal, por uma Constituição de orientação socialista. E o sistema bicameral existente pela Câmara única. É de acordo com esta realidade que nosso Programa de Governo está comprometido a realizar sua obra revolucionária, respeitando o Estado de Direito. Não é um simples compromisso formal, senão que o reconhecimento explícito de que o princípio da legalidade e da ordem institucional é inerente a um regime socialista, apesar das dificuldades que estão contidas no período de transição.<sup>11</sup>

Percebe-se que as posições da DC no debate, apesar das diferenças e críticas à UP, indicavam a existência de setores inclinados ao diálogo com o propósito de estabelecer unidades e blocos políticos para atuação comum nas votações no Congresso, algo que era essencial para o sucesso da perspectiva de transformações institucionalizadas da “via chilena para o socialismo” de Allende. No entanto, a aproximação e a busca de entendimentos entre a UP e a DC acabaria por

fracassar, contribuindo ainda mais para o clima de polarização política. Nos meses seguintes, a DC se aproximaria do Partido Nacional, principal partido da direita chilena, estabelecendo alianças políticas que perduraram até o golpe.

Por sua vez, o MIR apresentava suas críticas à condução política da UP e defendia a necessidade de acelerar o processo de transformações estruturais. Para Andres Pascal Allende – estudante universitário, sobrinho do presidente Salvador Allende e integrante da direção do MIR –, os revolucionários e as massas deviam apoiar o que ele qualificava como “reformas revolucionárias”:

A única alternativa é radicalizar o processo de reformas com o objetivo de acelerar o enfraquecimento das atuais bases de poder da burguesia. A única alternativa é colocar todos nossos esforços em deslegitimar a institucionalidade burguesa, mostrando aos pobres do campo e da cidade como dita legalidade vai contra suas reivindicações e serve ao proveito dos poderosos. A única alternativa é a preparação das classes trabalhadoras para o enfrentamento e a conquista do poder socialista.<sup>12</sup>

O MIR, dessa forma, seguia sua política de, por um lado, estabelecer uma relação de apoio crítico às medidas de transformações estruturais levadas a cabo pelo executivo e, por outro, apostar na estratégia de criação do chamado “poder popular”. Em geral, o MIR é inserido pela historiografia entre os grupos qualificados como *rupturistas*<sup>13</sup>, críticos à via institucionalizada e pacífica para se chegar ao socialismo. Além do MIR, grande parte do PS e do MAPU também defendiam as teses de que a única forma de derrotar o capitalismo no Chile era a estratégia do inevitável enfrentamento armado aos setores conservadores da sociedade chilena, embora isso tenha sido um componente mais retórico e programático do que efetivamente parte da atuação política cotidiana desses setores. Além de tampouco conseguir organizar uma resistência efetiva ao golpe, como sugere o historiador chileno Julio Pinto Vallejos:

Em plena tarefa de fortalecer o poder popular, que a seu juízo constituía a única e melhor defesa do processo revolucionário chileno, a esquerda *rupturista* recebeu o golpe militar de 1973. Chegado o momento da verdade, contudo, nem os isolados focos de resistência surgidos em alguns bairros populares e cordões industriais, símbolo último da revolução desde abaixo, nem o combate travado por Salvador Allende em *La Moneda*, símbolo máximo do poder estatal, foram capazes de evitar a derrota.<sup>14</sup>

Essa iniciativa do *La Nación*, de estimular o debate plural de representantes dos diversos movimentos políticos, inclusive alguns que não faziam parte da UP, ocorreu, entretanto, apenas em certos momentos. Se nos editoriais e colunas políticas tal pluralismo de posições foi uma característica do jornal ao longo dos anos, o espaço franqueado às organizações política, como em “O Grande debate” foi escasso, ocorrendo apenas no início e nos meses finais do governo. Nesse último momento, talvez numa tentativa quase desesperada de buscar se apoiar na criatividade política dos novos atores políticos que se colocam em marcha, procurando elementos que ajudassem nos embates ideológicos ocorridos na imprensa, que nessa altura era amplamente hegemônica pelos veículos de oposição.

A outra dimensão em que os debates sobre revolução, democracia e socialismo aparecem no jornal ocorria por meio dos seus editoriais e das colunas políticas semanais assinadas por seus colaboradores. Em geral, era comum nesses espaços acontecerem discussões sobre o caráter do regime democrático, sobre os sentidos de revolução e debates teóricos acerca das perspectivas de transição ao socialismo, geralmente com matizes que se enquadravam na perspectiva defendida por Allende. Nas manchetes e editoriais, era comum os títulos recorrentemente trazerem em destaque termos como pluralismo, liberdade, democracia, vontade revolucionária, revolução. O estudo desses debates e questões levantadas e expressas no jornal *La Nación* reforça a perspectiva apontada pelo sociólogo chileno Tomás Moulian de ter se desenvolvido um amplo imaginário ligado à ideia de uma revolução em curso, um processo revolucionário em marcha, um momento em que os setores populares e as massas trabalhadoras eram convocados a levar a cabo um projeto socialista, de desconstrução da velha ordem e de intensas mobilizações por suas demandas sociais e econômicas.

Como exemplo, é simbólica a primeira coluna do sociólogo, historiador e ensaísta uruguaio Carlos Rama<sup>15</sup>, publicada em 4 de novembro de 1972, período em que terminava a grave crise aberta com o *paro de outubro*. No seu texto, intitulado “Estamos vivendo uma revolução”, primeira coluna da colaboração semanal que estabeleceria com o *La Nación*, Rama analisou como o mundo estava pleno de mudanças revolucionárias em diversas áreas. Ressalta como a ideia de revolução transformava positivamente a biologia e a ciência, e que as estruturas humanas não



eram imutáveis, sempre passíveis de profundas alterações. Rama buscava, assim, fazer um paralelismo entre as transformações estruturais levadas a cabo pela UP, as novas conquistas sociais e a crescente participação política popular, afirmando como tudo isso levava à impressão de aceleração da história, um momento em que o futuro dava passagem à construção de um ideal socialista.<sup>16</sup>

O poder popular, os cordões industriais e outras formas de sociabilidade política não institucionalizadas são uma ausência notável nas reflexões feitas por *La Nación* durante os últimos meses de 1972. Em suas páginas, nesse período, a ênfase é na disputa ideológica contra a direita e os setores de viés fascista (representado pela organização Pátria e Liberdade), além de exaltar as conquistas do governo popular. A *Asamblea de Concepción*, em fins de julho de 1972, na qual o MIR, setores do PS e diversas outras organizações políticas, sindicais e estudantis apresentaram uma alternativa crítica ao projeto defendido por Allende sequer foi mencionada no jornal. As polêmicas com a chamada esquerda *rupturista* e os temas envolvendo o desenvolvimento de espaços políticos alternativos de poder só ganhariam espaço no diário a partir de meados de 1973, principalmente após a tentativa de golpe de 29 de junho e a subsequente onda de “tomas” de fábricas e indústrias, nas quais os trabalhadores exigiam que fossem nacionalizadas e incluídas na APS.

O primeiro texto do jornal que discute os sentidos dos comandos comunais, questionando se poderiam ser qualificados como um tipo de poder dual, aparece na seção de editoriais de 25 de janeiro de 1973. O texto relata que existira um concorrido debate sobre o tema, realizado em um lotado auditório de Santiago com a participação de partidos e organizações da esquerda. Analisa-se o sentido de poder dual a partir do seu surgimento na Revolução Russa, procurando, por conseguinte, identificar elementos para compreender se os espaços políticos não institucionalizados que surgiam nos movimentos sociais poderiam ou não ser qualificados como uma espécie de duplo poder à semelhança da Rússia soviética. O autor chega à conclusão que não, uma vez que os espaços políticos originados na mobilização operária ainda estavam subordinados ao projeto de institucionalidade da via democrática. Isto demonstra como existia grande preocupação em buscar em processos e dogmas do passado uma base axiomática que enquadrasse a situação

chilena, deixando, assim, ter como foco central a percepção das originalidades políticas surgidas da tentativa de construção da “via chilena para o socialismo”.

A partir de julho de 1973, o tema dos Cordões Industriais apareceria recorrentemente no jornal. Como exemplo, podemos citar uma reportagem de duas páginas intitulada “Cordões industriais, trincheira contra a direita sediciosa”<sup>17</sup>, com ampla reportagem sobre esses espaços políticos e o papel que deveriam desempenhar nas lutas contra a direita. Nessas reportagens, pela primeira vez, o jornal abria espaço para perspectivas de poder que questionavam a própria institucionalidade. Em um dos subtítulos da matéria, o dirigente do Cordão Macul, Eugênio Cantillana, afirmava: “nós decidimos, não o Congresso”<sup>18</sup>, em referência às solicitações do poder judiciário que exigia a devolução das empresas ocupadas pelos trabalhadores aos seus proprietários. O que se percebe desde então é certa ambiguidade em relação a este tema no jornal. Alguns editoriais discutiam os Cordões buscando ressaltar sua importância para fortalecer as bases da UP. De forma diferente, em algumas reportagens e colunas, também era possível perceber uma posição política em que se afirmava o caráter que transcendia, em alguma medida, a legalidade institucional, considerando os Cordões Industriais e os outros espaços de sociabilidade política não institucionalizados, como as *Juntas de Abastecimiento y Control de Precios* (JAP), um sustentáculo para um possível Estado baseado no poder popular.

### **Considerações finais**

Os conceitos e termos políticos recorrentemente utilizados nas manchetes do jornal indicam profundas mudanças na linguagem política de *La Nación* ao longo dos anos. No nosso entendimento, há um conteúdo linguístico que, paulatinamente, assume uma forma e conteúdo que aproxima o jornal a um imaginário revolucionário em que os termos associados à perspectiva de uma revolução de tipo clássica, próprio de um discurso polarizado em que a revolução social está na ordem do dia, ganham espaço. Assim, torna-se frequente o uso dos termos revolução, transformações revolucionárias, governo revolucionário, luta de classes. Algo que se torna nítido a partir do ano de 1972, diferentemente dos primeiros meses sob o governo da UP, nos quais eram mais utilizados termos como governo popular,

mudanças estruturais e raramente se referia ao processo chileno como uma revolução.

Algo que se intensificou na medida em que a polarização política se agudizava. É a partir, principalmente, do conflituoso cenário político-social iniciado em meados de 1972 que o jornal passará a se expressar como um combatente inserido no lado de uma trincheira na qual o governo da UP enfrentava, nos termos mais usados pelo jornal, os sediciosos e fascistas. Nesse momento, *La Nación*, mantendo a busca de uma linha editorial séria e sem apelar para desqualificações grosseiras e sensacionalistas, passa a ser uma folha de combate aberto à direita opositora. O estudo de seus editoriais e colunas políticas constitui uma rica fonte para compreender os embates políticos durante o governo da UP e para analisar como a construção dos imaginários em torno da ideia de uma revolução em curso contribuiu para a ideologização do processo e para a dinâmica de forte polarização social do período.

## Notas

---

<sup>1</sup> SANTA CRUZ, Eduardo. *Prensa y sociedad em Chile, siglo XX*. Santiago: Editorial Universitaria, 2015.

<sup>2</sup> A Unidade Popular, coalização política formada principalmente pelos partidos Socialista e Comunista, além de um setor da esquerda católica e do Partido Radical, apoiava-se nas formulações da “via chilena para o socialismo”. Projeto que tinha como perspectiva transitar ao socialismo por meio da institucionalidade democrática vigente no Chile, o que significava a defesa do pluripartidarismo, da ampla liberdade de imprensa e dos demais aspectos constitutivos do regime democrático.

<sup>3</sup> SANTA CRUZ, Eduardo. *Prensa y sociedad em Chile, siglo XX*. Santiago: Editorial Universitaria, 2015, p. 28-29.

<sup>4</sup> *La Nación*, Santiago do Chile, Suplemento especial de aniversário, 14 jan. 1992, p. 14.

<sup>5</sup> *La Nación*, Santiago do Chile, Suplemento especial de aniversário, 14 jan. 1992, p. 3.

<sup>6</sup> MONCKEBERG, Maria Olivia. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago: Random House Mondadori, 2011, p. 28.

<sup>7</sup> *La Nación*, Santiago do Chile, 16 mai. 1971, p. 5, tradução nossa.

<sup>8</sup> *La Nación*, Santiago do Chile, 26 mai. 1971, p. 7, tradução nossa.

<sup>9</sup> *La Nación*, Santiago do Chile, 9 jun. 1971, p. 16, tradução nossa.

<sup>10</sup> *La Nación*, Santiago do Chile, 2 jun. 1971, p. 5, tradução nossa.

<sup>11</sup> ALLENDE, Salvador. *Primer Mensaje del Presidente Allende ante el Congreso Pleno*. 21 maio de 1971. Disponível em: [http://historiapolitica.bcn.cl/mensajes\\_presidenciales](http://historiapolitica.bcn.cl/mensajes_presidenciales) Acesso em: 12 de setembro de 2016. Tradução nossa.

<sup>12</sup> *La Nación*, Santiago do Chile, 9 jun. 1971, p. 17, tradução nossa.

<sup>13</sup> PINTO VALLEJOS, Julio. *Hacer la revolución en Chile*. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia*. La Experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 32, tradução nossa.

<sup>15</sup> Carlos Rama era irmão mais velho do escritor e crítico literário uruguaio Ángel Rama. Foi autor de mais de 35 livros de história e sociologia, publicados em diversos países. Exerceu a função de professor de teoria e metodologia da História na Universidade do Chile, e depois do golpe de Pinochet, lecionou na Universidade Autônoma do México (UNAM) e na Universidade Autônoma de Barcelona, local em que fundou o Instituto de Estudos Latino-americanos. No período em que esteve

---

exilado na Espanha, até sua morte em 1982, Rama também foi colaborador do jornal madrilheno *El País*.

<sup>16</sup> RAMA, Carlos. *Vivimos una Revolución*. La Nación, Santiago do Chile, 4 nov. 1971, p. 3, tradução nossa.

<sup>17</sup> La Nación, Santiago do Chile, 7 de julho de 1973, p. 5, tradução nossa.

<sup>18</sup> La Nación, Santiago do Chile, 6 de julho de 1973, p. 5, tradução nossa.